

SANTIAGO, CHILE

EXPOSIÇÃO DO
SENHOR ENRIQUE V. IGLESIAS,
PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA
CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS,
NA SESSÃO DE ABERTURA DA
REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

19 DE MARÇO DE 2001

I. Introdução

Senhoras e senhores: O Banco volta ao Chile 27 anos depois da última reunião que os Governadores realizaram nesta cidade e sejam minhas primeiras palavras para expressar nosso profundo agradecimento às autoridades e ao povo do Chile pelo afeto com que nos receberam e a dedicação demonstrada na preparação desta reunião, que é uma garantia para o êxito de nossos trabalhos.

Este país não poderia ser mais emblemático das mudanças que a América Latina e o Caribe empreenderam nos últimos 30 anos: o país que nos recebe hoje é uma democracia exemplar, com uma economia ordenada e uma sociedade que conseguiu construir vastos consensos em torno de objetivos e valores fundamentais. Com justiça se converteu num ponto de referência para nossa região e para o mundo inteiro.

O Banco que vem a este encontro também é diferente por seu tamanho e a natureza de suas operações, bem como por seus instrumentos e os desafios a que responde. Mas o anima sempre a mesma vocação social, o mesmo espírito integracionista que lhe soube imprimir seu primeiro presidente, o insigne chileno Felipe Herrera Lane.

Estamos seguros de que o exemplo do Chile e as lições de Felipe Herrera Lane, em particular sua vocação social e americana, que imprimiram uma marca personalíssima ao seu trabalho, nos acompanharão e inspirarão ao longo destes três dias de trabalhos da XLII Reunião da Assembléia de Governadores.

Quero refletir sobre os temas que nos convocam atualmente.

No início do século XXI, e mais do que em qualquer outro momento de sua história, o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e do Caribe necessita com urgência de um forte impulso e um reordenamento de suas prioridades, dando maior ênfase à luta contra a pobreza e à consecução do progresso social em geral. A região dispõe para isto de uma vasta reserva de recursos humanos e materiais, além de valiosas experiências adquiridas em sua permanente busca de melhores horizontes de vida. Estes são fatores de riqueza fundamentais com que a região pode enfrentar bem os desafios que lhe

impõe o novo mundo de tecnologias em ebulição, de mercados globalizados e de estreita interdependência econômica internacional.

Todavia, devemos reconhecer que cada país da região necessita mostrar uma decidida vontade política que, como pilar fundamental deste empreendimento, permita mobilizar os esforços internos com o concurso de cada setor social, e de todos eles, absorver eficazmente a cooperação externa e enfatizar as políticas de bem-estar e inclusão social. O empreendimento consiste em obter não só um crescimento mais acelerado, mas também um desenvolvimento de melhor qualidade, ou jela, um desenvolvimento mais estável, sustentável a longo prazo e socialmente equitativo, numa espécie de processo sinérgico.

A preocupação em resolver as graves deficiências no âmbito social da região e a proposta de atribuir a mais alta prioridade à luta contra a pobreza, constituindo-a em parte integral e central dos esforços de desenvolvimento de nossos países nos próximos anos, tem uma importância crucial. É uma preocupação que parte não só de considerações éticas ou morais, mas também do fato reiteradamente observado de que a pobreza, e com muito mais razão seu agravamento generalizado, constitui um difícil obstáculo ao progresso econômico, uma ameaça para a democracia e um risco para o meio ambiente. Um sintoma do problema que lacera a consciência latino-americana é que nessa pobreza vivem cerca de 220 milhões de pessoas, das quais cerca de 45% em condições de indigência.

A distribuição da renda e, assim, dos frutos do crescimento econômico constitui, sem dúvida, um fator-chave do bem-estar social e das motivações com que os distintos setores da população participam no empreendimento comum do desenvolvimento nacional. Lamentavelmente, a grande maioria de nossos países padece de uma grave síndrome de desigualdade distributiva, que coloca a região na posição de maior desigualdade de renda entre os países em desenvolvimento.

Cerca de 40% da renda nacional se destina aos 10% mais ricos da população, enquanto no outro extremo da escala os 30% mais pobres da população recebem somente 7,5% da renda total.

O reconhecimento deste panorama sombrio não deve impedir-nos de apreciar os notáveis avanços registrados durante o século XX que numerosos indicadores de bem-estar

social e desenvolvimento humano da região nos revelam. A educação é uma área em que o progresso realizado pela região no século passado foi considerável. A taxa média de analfabetismo em nossos países diminuiu de 71% em 1900 para 47% em 1950 e 11% em 2000. Deve-se destacar que o desempenho da região neste campo se compara muito favoravelmente com as experiências em outras latitudes, inclusive com as de países desenvolvidos.

Outro indicador sintomático do bem-estar humano é a esperança de vida ao nascer. Na América Latina, aumentou de uma média de 29 anos em 1900 para 47 anos em 1950 e 70 anos em 2000. Como se sabe, o componente mais importante desse fenômeno é a redução da mortalidade infantil, que na região diminuiu de 291 óbitos no primeiro ano de vida por cada mil nascidos vivos em 1900 para 25 em 2000.

A mudança sócioeconômica e cultural na América Latina e no Caribe acarretou também uma redução na taxa de fecundidade, de uma média regional de cerca de seis filhos por mulher no período 1950-1965 para cerca de 2,6 na atualidade.

As quedas registradas na mortalidade e fecundidade foram fatores essenciais da dinâmica demográfica global e da alteração em seus distintos perfis e sua composição, que é preciso destacar.

Primeiro, a população total da região experimentou o crescimento mais rápido do mundo, a um ritmo de aumento médio anual que se acelerou de 1,9% na primeira metade do século passado para 2,5% na segunda parte; ou seja, taxas que ultrapassaram as médias da OCDE numa relação de 2,1 e 3,1 vezes, respectivamente. Enquanto no início do século XX a América Latina e o Caribe representavam apenas 4% da população mundial, esta proporção se aproxima hoje de 9% – quase um de cada 10 habitantes do planeta vive em nossa região.

Segundo, a queda da mortalidade e da fecundidade na região condicionou não só o crescimento total da população, mas também seu perfil etário, com importantes conseqüências sociais e econômicas, como as relacionadas com as demandas de serviços de educação, previdência social, saúde e geração de emprego.

Terceiro, trata-se não só de um elevado crescimento populacional, mas de um fenômeno de urbanização extraordinariamente acentuado, que provocou uma demanda sem precedente sobre o desenvolvimento econômico regional e comprometeu o progresso social de nossos países. A população urbana latino-americana, que em 1900 representava 24% da população total, no fim do século passou a constituir 79% do total e se estima que chegará a 85% em 2025.

II. Novo milênio - Novo século - Nova década

A. O desenvolvimento econômico latino-americano no século XX: busca de paradigmas e globalização

Que aconteceu no âmbito do desenvolvimento econômico regional e por que a América Latina e o Caribe ainda não conseguiram fazer frente às demandas do rápido crescimento de sua população, de sua crescente urbanização e, portanto, frear ou talvez resolver o problema da extrema pobreza e oferecer condições para o melhoramento do bem-estar social de forma equitativa entre todos os setores da população?

Parece oportuno e importante fazer uma retrospectiva da experiência histórica da América Latina em alguns de seus aspectos econômicos mais importantes. Uma análise reflexiva da história econômica da região nos mostra êxitos e fracassos, dos quais podemos tirar algumas lições.

1. O crescimento e transformação econômica em 1950–1980

Durante o período do desenvolvimento econômico e social latino-americano que se estendeu por 30 anos a partir de 1950, a filosofia econômica e social predominante da época se inspirou basicamente na experiência bem-sucedida do New Deal nos Estados Unidos e no paradigma keynesiano.

O colapso do sistema monetário e do regime de livre comércio internacional e a severa redução dos movimentos de capital e investimento que a humanidade viveu em consequência das duas guerras e da Grande Depressão levaram os países da Europa e América do Norte a formar blocos fechados e discriminatórios, que limitaram as opções de

desenvolvimento da América Latina ao crescimento orientado principalmente para o mercado interno, o chamado desenvolvimento para dentro, baseado no uso pleno do potencial oferecido pelos recursos próprios de cada país. Nesse quadro, coube ao Estado um papel de protagonista ativo, como agente responsável pela promoção do desenvolvimento econômico e social e a administração direta de uma parcela da capacidade produtiva.

Este modelo de política econômica privilegiou a industrialização mediante a substituição de importações como via para a expansão e diversificação produtiva, a incorporação dos avanços tecnológicos, a criação de empregos especialmente no âmbito urbano e o abastecimento do consumo interno.

O balanço geral desta experiência é positivo, com avanços apreciáveis tanto nas condições econômicas como nas sociais. O PIB da região registrou um crescimento sustentado e acelerado, que aumentou de 5,1% ao ano em 1951-60 para quase 6% entre 1961 e 1980; em conseqüência, o volume global da produção de bens e serviços da região praticamente quintuplicou nesses 30 anos, com uma proporção crescente da produção proporcionada pelo setor manufatureiro, que se expandiu ininterruptamente.

No plano institucional, a região continuou avançando com o estabelecimento de bancos centrais, a criação do sistema de associações de poupança e crédito para habitação, sistemas nacionais de planejamento do desenvolvimento, instituições modernas de educação superior, e sistemas nacionais de ciência e tecnologia, e com reformas dos sistemas tributários.

O desenvolvimento econômico latino-americano do pós-guerra baseou-se principalmente na formação de capital industrial como base para seu impulso e sustentação e para transformar sua estrutura produtiva e tecnológica. A proporção do PIB destinada ao investimento interno bruto na América Latina e no Caribe aumentou paulatina e continuamente de uma média de 17,7% em 1950 para 29% em 1980. Até 1973, a poupança interna cresceu correlativamente com o investimento, com montantes acumulados de investimento e poupança praticamente coincidentes. Todavia, de 1974 a 1980 os gastos de investimento continuaram aumentando a um ritmo mais rápido do que a poupança, surgindo disso um déficit de cerca de 3% do PIB anual, que foi financiado mediante a contribuição de capitais externos.

Apesar desses resultados em geral favoráveis, desde o início dos anos 70 esse modelo de desenvolvimento do pós-guerra começou a mostrar sintomas de esgotamento de sua efetividade e contradições na consecução de suas metas principais. O objetivo fundamental de permitir uma substituição eficiente das importações não foi adequadamente alcançado. A proteção comercial cresceu excessivamente e não só comprometeu o custo da produção para o mercado interno, mas também prejudicou a competitividade comercial das exportações latino-americanas e levou a uma crescente vulnerabilidade do balanço de pagamentos. A participação das exportações da região no comércio mundial diminuiu de 12% nos anos 50 para 4% no início dos anos 80. E o mais lamentável é que isto ocorreu justamente quando o comércio mundial crescia a um ritmo extraordinário, desperdiçando-se deste modo uma oportunidade histórica que os novos países industriais do sudeste asiático souberam aproveitar vantajosamente.

2. A crise econômica dos anos 80: a “década perdida”

A década de 80 assinalou verdadeiramente um primeiro meridiano, que delimita duas fases fundamentais do desenvolvimento econômico latino-americano. De um lado, o paradigma de desenvolvimento do pós-guerra entrou em colapso, precipitado pelo estouro da crise da dívida externa do México em setembro de 1982, que logo contagiou os outros países da região. Do outro, iniciou-se a busca de um novo modelo, com base na aplicação de medidas drásticas de ajuste recessivo, que mais tarde seriam sucedidas por programas cada vez mais amplos de reformas estruturais e de acordos de refinanciamento das obrigações em mora da dívida externa. Embora seja certo que houve importantes diferenças entre os países quanto à profundidade da crise da dívida e sua incidência sobre o desempenho econômico e financeiro interno, bem como quanto ao ponto cronológico de partida dos ajustes e reformas, também se registraram elementos característicos comuns que aqui utilizamos como pontos de referência regional.

A crise da dívida externa constituiu um ponto de inflexão nas tendências de crescimento econômico registrada desde o pós-guerra. A brusca queda da demanda agregada nos mercados mundiais que precedeu a crise, acionada pelo aumento dos preços do petróleo (que, em valor constante, se multiplicaram por dez de 1970 a 1980), combinou-se com um rápido aumento das obrigações de pagamento de juros, o que levou a uma situação

de incapacidade de fazer frente aos pagamentos da dívida externa acumulada desde 1973 para solver em medida crescente o investimento, o déficit fiscal e o consumo privado. A entrada líquida de capitais externos, que aumentou aceleradamente até um máximo de 5,8% do PIB em 1980-1981, foi seguida finalmente por um corte completo do fluxo de novos fundos em 1982.

Como resultado da crise da dívida e dos ajustes macroeconômicos adotados, o investimento interno bruto declinou à taxa média anual de 1,7% na década de 80, solapando assim severamente a capacidade de crescimento, melhoria tecnológica e manutenção do bem-estar social, especialmente da população de baixa renda. Isto explica a queda acentuada do crescimento do PIB para apenas 1,6% ao ano em 1980-1990 e a contração do produto *per capita*, à razão de 0,4% ao ano no mesmo período. A inflação transformou-se num mal endêmico e em alguns países atingiu proporções de hiperinflação. A produção manufatureira, que tinha liderado a expansão econômica em anos anteriores, entrou em fase de semi-estagnação e de defasagem em relação ao PIB global. Correlativamente, o desemprego e a pobreza urbana aumentaram a níveis críticos, representando o elevado custo social pago pela correção dos desequilíbrios macroeconômicos do início dos anos 80.

Apesar dessas *circunstâncias*, os países da região honraram seus compromissos de dívida. Entre 1982 e 1990 a região transferiu aos seus credores externos uma soma da ordem de US\$230 bilhões, ou seja, uma cifra equivalente a dois anos de exportações, ou 50% do saldo global da dívida acumulada até fins de 1982.

3. A reação ortodoxa

O desenlace da experiência da região na assim chamada “década perdida” deixou um saldo geral que inclui, de um lado, elevados custos econômicos e grandes sacrifícios sociais e, de outro, lições e algumas realizações não desprezíveis que passaram a ser aproveitadas nesta nova fase do desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. O contexto internacional da época também mudou extraordinariamente. Entre as mudanças destacam-se a internacionalização da produção e das finanças, que hoje se assimila à chamada “globalização”; a primazia do mercado como mecanismo governante da alocação dos recursos econômicos; e, como contrapartida, o desmantelamento do Estado onipotente.

Com base em ajustes econômicos, um número cada vez maior de países iniciou a realização de vastas e profundas reformas estruturais. A definição e o conteúdo das mesmas reflete as ambivalências do debate econômico e político na região sobre a busca de soluções para a crise dos anos 80. No final dos anos 80 havia uma certa convergência de critérios na América Latina, especialmente no âmbito das autoridades responsáveis pela implementação das políticas.

As reformas estruturais, iniciadas nos anos 80 e aprofundadas nos anos 90 por um número crescente de países da região, concentraram-se inicialmente no combate à inflação e na liberalização de preços e mercados e, mais tarde, passaram para outras áreas como a financeira, cambial e de comércio exterior, embora a seqüência e a intensidade das mesmas tenham variado amplamente entre os países.

Juntamente com a realização progressiva das reformas estruturais, a região deu passos importantes no sentido do restabelecimento da democracia. De fato, em todos os países da região floresceu o despertar democrático e no transcurso destes anos têm sido envidados esforços para fortalecer a institucionalidade democrática.

Examinemos o saldo dos resultados alcançados no último decênio em matéria de progresso econômico. Primeiro, a estabilização das economias constituiu uma realização muito significativa. As taxas de inflação foram reduzidas a um dígito na grande maioria dos países no fim do período, marcando um contraste agudo com a situação de 1990.

Segundo, o crescimento econômico melhorou, mas continuou baixo e instável, com uma taxa média anual de apenas 3,3%, que é acentuadamente insuficiente para atender às necessidades de emprego, diminuir a pobreza e imprimir o dinamismo requerido do crescimento a longo prazo. Além disso, o produto *per capita* cresceu nesta última década à razão de apenas 1,5% ao ano; assim, levaria quase 50 anos para duplicar sua magnitude, ou seja, um horizonte de progresso econômico inaceitável para as gerações atuais.

Terceiro, o desequilíbrio do balanço de pagamentos volta a crescer a magnitudes preocupantes. Nos dois últimos anos, o saldo da conta corrente da região em seu conjunto se elevou a pouco mais de 3% do PIB.

Quarto, a entrada líquida de capitais externos na região voltou a aumentar significativamente nos anos 90, mas sua trajetória padeceu de alta volatilidade e sua composição e condições financeiras não corresponderam adequadamente às necessidades do desenvolvimento regional. Nos primeiros anos da década, o fluxo de capitais externos para a América Latina e o Caribe aumentou rapidamente, de US\$5,7 bilhões em 1989 para US\$68,7 bilhões em 1993, contribuindo significativamente para a implantação das políticas antiinflacionárias e das reformas estruturais.

Nos anos seguintes a afluência de capitais externos à região foi altamente instável, como reflexo das crises financeiras do México em 1994, dos países asiáticos em 1997 e da Rússia em 1998. Os efeitos destas crises propagaram-se aos mercados cambiais e financeiros de muitos países com uma grande velocidade e vasto alcance, ameaçando a própria estabilidade do sistema financeiro mundial. Um componente principal dos fundos que ingressaram na América Latina é o investimento estrangeiro direto que, de modo geral, é bem-vindo por sua relativa estabilidade e suas contribuições de tecnologia, organização e conexões de mercado. No entanto, sua contribuição se tem concentrado nos países de maior tamanho e desenvolvimento econômico da região e sua alocação majoritária se tem canalizado para a aquisição de ativos existentes, principalmente empresas estatais privatizadas e fusões ou aquisições de bancos e outras empresas privadas.

A experiência evidenciou a importância dos fatores externos como determinantes do crescimento, bem como a vulnerabilidade externa das economias da região. A principal lição desta experiência é que os países são financeiramente muito mais frágeis do que se supunha e que o impacto das crises financeiras sobre o crescimento e a prosperidade é uma função do nível de endividamento e do grau de dependência de cada país em relação aos capitais externos voláteis ou de curto prazo. É claro, portanto, que muitas das medidas de política mais efetivas para o crescimento da América Latina estarão estreitamente vinculadas à reforma da arquitetura financeira internacional.

B. As forças da globalização

Para a América Latina e o Caribe, a única opção é adequar-se à globalização. De fato, a globalização abre a nossos países oportunidades de crescimento econômico e modernização tecnológica sem precedentes, mas também acarreta riscos consideráveis. O

desafio consiste, então, em aproveitar as oportunidades e procurar diminuir os efeitos adversos dos riscos e, na medida do possível, evitá-los.

Os países da América Latina e do Caribe têm diante de si uma difícil mas inevitável tarefa a este respeito. Em primeiro lugar, necessitam: i) diminuir a vulnerabilidade financeira externa de suas economias por meio da expansão da poupança interna e redução dos déficits de financiamento externo; ii) consolidar a estabilidade macroeconômica e financeira interna; iii) proteger a continuidade dos parâmetros fundamentais de política econômica; iv) formular estratégias de desenvolvimento econômico global e setorial de médio e longo prazo que ajudem a otimizar a contribuição da poupança externa; e v) aprofundar as reformas e fortalecer os mecanismos de supervisão necessários para melhorar a transparência, a informação e a concorrência nos mercados nacionais de capital.

Acrescenta-se a isso a necessidade de fortalecer a capacidade de exportação da região, mediante um esforço extraordinário de desenvolvimento de suas vantagens comparativas dinâmicas, diversificação de sua estrutura de produtos e de seus mercados de destino. Uma condição crucial do desenvolvimento exportador é o aumento do conteúdo de valor agregado na produção comercializável, de maneira compatível com a melhoria da produtividade, a fim de diminuir a médio e longo prazo a incidência da deterioração secular das relações de troca. Do mesmo modo, a expansão e aprofundamento de seus processos de integração econômica regional e sub-regional e dos acordos de comércio com outras áreas geográficas, com base nas premissas da chamada “integração aberta”, constitui outra via muito importante para diminuir a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas.

Mas, como assinalou Dani Rodrik, a globalização requer também uma sólida “institucionalidade” nos países comprometidos; ou seja, demanda instituições de governo com capacidade para formular e administrar políticas públicas com visão de longo prazo, além de requerer também estabilidade política, solidez das instituições democráticas e participação dos cidadãos nas decisões do Estado. Requer ainda condições de confiança e previsibilidade jurídica e política, inclusive um âmbito jurídico apropriado para o desenvolvimento do setor privado, proteção dos direitos de propriedade, responsabilidade do governo, honestidade, transparência e eficiência na administração do Estado. Finalmente, requer também mecanismos de proteção social para os grupos de população mais

vulneráveis que forem deslocados em consequência dos processos de modernização e transformação produtiva, bem como das inevitáveis flutuações do ciclo econômico associadas com a abertura dos mercados e a globalização.

III. As ambivalências no início da primeira década do século XXI

A. Grandes ativos e passivos difíceis

O desenvolvimento dos países da região parece ter chegado no início desta década com ativos importantes – democracia, estabilidade, responsabilidade fiscal e monetária, abertura externa, aprofundamento da integração regional, etc. – mas também com passivos críticos como os elevados índices de pobreza e uma defasagem em matéria de crescimento a longo prazo, pouca integração com os mercados internacionais, baixo conteúdo de valor agregado dos produtos exportados, alto desemprego, reduzidos níveis de poupança e investimento interno, vulnerabilidade em face da instabilidade externa, aguda desigualdade de renda e estagnação da produtividade.

B. O desafio da competitividade

A conjuntura do início do século XXI é, sem dúvida, difícil. Os volumes de produção estão muito abaixo dos níveis que poderíamos alcançar em função dos recursos econômicos disponíveis na região e das condições de produtividade já conhecidas. Esta situação certamente é lamentável pelo custo de oportunidade em termos de bem-estar que isso implica para nossos países. Mas essas circunstâncias nos oferecem um horizonte de progresso viável, ainda maior se fizermos um esforço adicional de melhoria da competitividade internacional de nossas economias. Contudo, não podemos nos enganar: trata-se de um empreendimento complexo e de grande envergadura, que desafia nossa verdadeira vontade de progresso.

Devemos nos perguntar o que explica essa brecha enorme e como podemos recuperar as oportunidades de progresso.

Não é preciso proceder a uma análise formal muito rigorosa para identificar as causas principais dessa brecha. Como sabemos, a primeira e mais importante foi a queda da taxa de

crescimento a longo prazo que, ajustada pela alta taxa de crescimento da população, resultou numa redução do produto por habitante, que retrocedeu 20 anos. A recuperação econômica dos anos 90 foi débil e instável na maioria dos países, e suas cifras foram insuficientes para restabelecer o crescimento dos níveis de emprego, os salários reais e a produtividade anterior à crise.

As economias latino-americanas enfrentam um sério desafio em matéria de eficiência em seus processos de produção e no uso de seus recursos econômicos e humanos. Melhorar a produtividade é um imperativo crucial para acelerar o crescimento econômico da região e melhorar sua capacidade competitiva nos mercados externos. E, mais do que isso, sua consecução é o verdadeiro anseio perseguido pelo esforço econômico e social coletivo. “A produtividade não é tudo, mas a longo prazo é quase tudo”, nas palavras de Krugman. É também por isso que, uma sociedade progressista e justa, se espera que os frutos da melhoria da produtividade retribuam com equidade os trabalhadores, os empresários e os donos do capital. Vejamos qual é nossa realidade a esse respeito e em que consiste o desafio para a região.

O atraso na competitividade internacional na região obedece a numerosos fatores, alguns inerentes ao próprio desempenho econômico, à intensidade e natureza das inovações tecnológicas e à eficácia das políticas em curso. Outros fatores mais complexos estão associados com deficiências nos níveis e qualidade da educação, a baixa produtividade do trabalho, que reflete um baixo investimento em recursos humanos e deficiências na capacitação técnica e gerencial, o elevado custo do capital resultante da ineficiência operacional e da falta de concorrência no setor financeiro, deficiências no acesso à infraestrutura básica de energia, transportes, comunicações, no sistema institucional e seu funcionamento, na estabilidade política e na equidade social.

Na região persistem sérios obstáculos econômicos que freiam seu crescimento global e o melhoramento da produtividade. Entre eles se destaca a pertinaz estagnação do investimento. Nos dois últimos anos, por exemplo, o coeficiente de investimento global da região alcançou apenas 20% do PIB, proporção igual à média dos anos 80 em plena crise econômica e não muito diferente da média da década de 90. É certo que isso indica um grande contraste quando comparado com o esforço de investimento realizado nos anos 70,

equivalente a 28% do PIB. Por conseguinte, um requisito crucial para acelerar o crescimento econômico da região nos próximos anos a uma taxa anual de 6% é o aumento da formação de capital produtivo numa medida muito considerável, similar ao nível alcançado nos anos 70, ou seja, cerca de oito pontos percentuais adicionais do PIB. Torna-se necessário ampliar a base do capital produtivo para atender às necessidades de infra-estrutura econômica e social, expandir e transformar a capacidade exportadora, apoiar a renovação de equipamentos da empresa privada de maneira tal que incorporem os avanços tecnológicos, etc.

Porém, o desafio é ainda maior. Se aspiramos a uma sociedade equitativa, devemos procurar alcançar um crescimento econômico capaz de contribuir para resolver o problema do desemprego atual e, ao mesmo tempo, absorver produtivamente o aumento da força de trabalho.

O atraso tecnológico na produção regional e a grande heterogeneidade entre os setores, bem como entre empresas de um mesmo setor, constituem características relativamente comuns do subdesenvolvimento da região. O atraso em matéria de adoção, adaptação e difusão de tecnologias deixa muitas de nossas empresas longe da fronteira tecnológica internacional e das “melhores práticas” e amplia o hiato tecnológico com relação aos países industrializados.

O próprio progresso tecnológico nos centros industriais modificou as velhas regras das vantagens comparativas que regeram a especialização do comércio, permitindo que o aumento em termos de produtividade mais do que compense as diferenças de custos provocadas pela abundância (ou escassez) de mão-de-obra ou de recursos naturais. Por esse motivo, a expansão e diversificação das exportações da região nas atuais condições de globalização é uma meta que merece suma atenção e apoio a fim de que sejam superados os hiatos tecnológicos que prejudicam sua produtividade e competitividade internacional.

Outro fator que incide sobre a competitividade é a estabilidade econômica, que presume não apenas a consecução e manutenção dos equilíbrios monetários, fiscal e cambial mas também a manutenção do Estado de Direito e o respeito das leis. Nessa matéria, nossos países têm feito avanços importantes nos últimos 15 anos, em cujas bases será possível montar o desenvolvimento futuro. Contudo, devemos reconhecer que ainda persistem os

riscos desestabilizadores de origem externa, em relação aos quais carecemos de controle e da capacidade necessária para evitá-los ou neutralizar suficientemente seus efeitos.

Por esse motivo, devemos envidar esforços extraordinários que visem a diminuir a vulnerabilidade externa dessas economias. Além de expandir e diversificar eficientemente a estrutura exportadora e de mercado, é necessário aumentar a poupança interna e melhorar o sistema financeiro. As recentes crises financeiras internacionais mostraram-se altamente virulentas e rápidas em seu contágio, cujos efeitos perniciosos fizeram-se sentir até mesmo em economias da região de alto crescimento e estabilidade. Mas, além de expandir a poupança interna e melhorar sua distribuição para o investimento, a fim de diminuir a vulnerabilidade externa, é preciso adequar os volumes, a composição e os termos financeiros das correntes de capital necessárias para complementar a poupança interna.

O desafio ao desenvolvimento regional consiste, portanto, em alcançar um processo de expansão e transformação econômica impulsionado pela melhoria da produtividade. As políticas orientadas para a melhoria da competitividade procuram: (a) promover a geração, adaptação e difusão de tecnologias; (b) estimular as empresas a introduzir melhorias de organização, administração e modernização produtiva e tecnológica; (c) fomentar o investimento e a produção de bens comercializáveis; (d) oferecer oportunidades de melhoramento tecnológico, organização e gestão à pequena e média empresa; (e) promover a modernização e expansão da infra-estrutura de transportes e comunicações; (f) melhorar a qualidade dos recursos humanos, com ênfase na formação técnica e capacitação para o trabalho.

Para tanto, necessitamos superar as atuais restrições em matéria de políticas e instrumentos de ação. Nem as potências industriais maduras nem os novos países industriais da Ásia deram impulso ao seu desenvolvimento, modernização institucional e avanço tecnológico sem uma dose importante de políticas setoriais e estímulos específicos. Por que a América Latina e o Caribe, que padecem de grandes hiatos de desenvolvimento, haveriam de permanecer inermes e passivos, desperdiçando seu potencial produtivo e as oportunidades para dar um salto adiante?

C. O desafio social

Para reduzir a pobreza e promover a equidade, é crucial um crescimento estável e sustentado a longo prazo. Não obstante, a causalidade também atua em sentido oposto. Não haverá crescimento econômico sustentado se não houver desenvolvimento social. A desigualdade inicial no acesso à educação e aos recursos – como, por exemplo, à terra ou ao crédito – suscita baixas taxas de crescimento. A ausência de mecanismos de proteção social inibe os cidadãos de assumir riscos com vistas a um maior rendimento econômico e contribui para a degradação do capital físico e humano dos pobres.

Um crescimento que não ofereça oportunidades para a maioria da população pode provocar a interrupção ou mesmo o fracasso das reformas econômicas, propiciar o populismo e debilitar a democracia e a paz social. Os males sociais também têm altos custos econômicos, por exemplo, os associados às forças de segurança para conter o crime ou as perdas decorrentes da evasão escolar ou devidas à instabilidade familiar. A consecução do desenvolvimento econômico e social requer a adoção de políticas voltadas para o aumento da igualdade de oportunidades, inclusive a correção das condições iniciais da desigualdade.

A participação e inclusão social no âmbito global e local são essenciais para assegurar o crescimento compartilhado e romper o ciclo perverso da pobreza. A população deve sentir-se participante das decisões nacionais e locais e responsável por elas. A alienação conduz ao descontentamento e à violência. A participação nas decisões e nos processos de mudança é ingrediente necessário para melhorar a transparência e capacidade de resposta das instituições que são essenciais para o desenvolvimento econômico e social.

Tudo isso foi explicitamente reconhecido pelos Governadores no documento da Oitava Reposição.

A possibilidade de reduzir a pobreza vê-se particularmente ameaçada pelas crises e instabilidades econômicas. Nos últimos 20 anos, ocorreram mais de 40 episódios em que a renda *per capita* caiu mais de 4% por ano; isso nos mostra que as crises econômicas atingem mais os pobres e desamparados e que o consumo *per capita* e os salários reais desses setores caem fortemente nas crises, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego.

O confronto da problemática da pobreza requer, por conseguinte, uma estratégia geral e políticas voltadas para:

- A criação de oportunidades para a inserção social e produtiva dos pobres e grupos excluídos. Isso significa seguir avançando nas reformas sociais tradicionais – educação, saúde e nutrição, melhoramento das áreas urbanas, infra-estrutura social nos setores rurais, microempresas, etc. Mas significa também o incentivo à criação de oportunidades equitativas de acesso aos ativos produtivos.
- A incorporação da dimensão social na política econômica, ou seja, a preocupação com os aspectos distributivos das medidas de política e não apenas com aquelas políticas diretamente voltadas para a proteção dos pobres, a execução de ajustes com equidade, a prevenção das crises, etc.
- O estabelecimento de programas de proteção social, por exemplo, mediante transferências sob a forma de bolsas para famílias carentes a fim de incentivá-las a manter os filhos na escola ou como forma de aumentar suas rendas reais e fortalecer o capital humano das gerações futuras.

D. O desafio da integração

Após a crise dos anos 80, a América Latina e o Caribe foram, nos anos 90, cenário de uma intensa renovação da integração econômica regional – no contexto do chamado Novo Regionalismo – sustentado por um notável impulso político.

Entretanto, no limiar do novo milênio, as perturbações sofridas pela economia mundial, os desastres naturais e os problemas políticos internos vêm enfraquecendo alguns processos regionais, especialmente os de maior alcance. Hoje percebemos que a integração regional chegou a uma encruzilhada.

Com essa observação, não olvidemos os grandes avanços alcançados, que no decênio passado constituíram importantes contribuições para o desenvolvimento e a inserção mais competitiva da região nos mercados globalizados.

- A maior parte do comércio de bens na região se desenvolve na atualidade livre de taxas alfandegárias ou de conformidade com cronogramas de liberalização gradual já acordados.
- O aumento do comércio regional intensificou extraordinariamente a interdependência de nossas economias. É significativo o fato de que o comércio regional possui um componente de conhecimento mais alto que o comércio extra-regional. Os mercados regionais ajudaram a absorver exportações prejudicadas por fortes barreiras protecionistas no exterior, como é o caso dos produtos alimentícios e têxteis.
- Alguns acordos econômicos regionais estão abrindo vias para uma coordenação econômica gradual e já facilitaram negociações conjuntas eficazes em foros regionais e hemisféricos.
- Hoje, nossos países promovem ativamente a integração econômica com os países industrializados, como o demonstram o TLC, a zona de livre comércio entre o Canadá e o Chile e as negociações para estabelecer acordos de livre comércio entre o Canadá e a Caricom, o Canadá e a América Central, os Estados Unidos e o Chile, a União Européia e o Mercosul e com o Chile, além de, naturalmente, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- O aumento do comércio intra-regional e os investimentos associados geraram uma demanda de iniciativas de melhoramento da infra-estrutura regional e a eliminação das normas nacionais que enfraqueciam esses processos. A iniciativa de infra-estrutura regional sul-americana lançada no ano passado pelos Chefes de Estado em Brasília – com o respaldo técnico e financeiro do BID, da CAF e do FONPLATA – é testemunha das projeções positivas do Novo Regionalismo, como também o é o Plano Puebla-Panamá, anunciado há alguns dias na Cidade do México, com o apoio do BID e do BCIE.

- O regionalismo e os interesses comuns dos governos ajudaram a criar redes solidárias para consolidar a paz e o desenvolvimento em nossas fronteiras, assim como a democracia. As cláusulas democráticas dos instrumentos do Mercosul e da Comunidade Andina inspiraram a consideração de compromissos semelhantes nas Cúpulas hemisféricas.

Diante de uma lista de conquistas tão ampla e significativa, a que se deve a sensação de que a integração regional perde impulso?

Tanto o início de novos acordos de integração como o prosseguimento dos acordos vigentes são afetados por mudanças de governos e perturbações externas e pela concorrência comercial externa. São freqüentes em nossa história iniciativas com inícios promissores que em seguida fracassaram. Ao fim de uma experiência de quase dez anos, talvez a etapa "fácil" do Novo Regionalismo da América Latina e do Caribe tenha acabado, e no futuro se necessite de uma visão política mais audaz que apóie compromissos coletivos mais profundos. Nos anos 90 foi feito um grande investimento político no sentido de conseguir acordos coletivos regionais, os quais renderam excelentes dividendos. Perder esse investimento seria trágico. As principais exigências a cumprir são as seguintes:

- **Eliminação das barreiras não-tarifárias.** À medida que são eliminadas as barreiras fronteiriças ou tarifárias, os entraves não-tarifários emergem como uma segunda e significativa série de obstáculos ao comércio e aos investimentos. Somado a normas nos mercados nacionais, esse fato faz com que sua eliminação se torne uma tarefa política difícil que repercute mais diretamente na ordem interna. Contudo, a persistência desses obstáculos limita os possíveis benefícios da integração regional e aumenta os custos econômicos e políticos de novas iniciativas.
- **Mecanismos transparentes para a solução de conflitos.** O comércio e os investimentos intra-regionais devem comportar-se como padrinhos da transformação econômica. À medida que cresce o comércio entre esses países, surgem novas controvérsias, como se pôde observar no comércio transatlântico. Até mesmo os melhores sócios comerciais podem cair em acerbadas disputas por pequenas frações de seu comércio. É importante,

portanto, contar com mecanismos formais e transparentes para a solução de controvérsias, a proteção contingente e a regulamentação do mercado regional.

- **Liberalização dos serviços comerciais.** A aceleração do progresso na liberalização dos serviços é essencial para o aprofundamento da integração. O objetivo é conseguir uma maior especialização e eficiência nos setores de serviços, os quais, por sua vez, condicionam a eficiência da produção e comercialização de bens.
- **Cooperação macroeconômica e monetária.** A crescente interdependência no contexto das associações regionais impõe uma maior coordenação macroeconômica e monetária a fim de minorar situações de instabilidade. O primeiro objetivo nessa área consiste na convergência dos países em torno de posições macroeconômicas sustentáveis que imprimam previsibilidade às relações econômicas intra-regionais e promovam maior comércio regional e mercados mais amplos. Mais adiante, esse objetivo poderia combinar-se com maior cooperação macroeconômica e monetária.
- **Modernização institucional.** Um maior aprofundamento da integração suscita também a necessidade de que a América Latina e o Caribe contem com uma institucionalidade moderna e com pessoal melhor capacitado. Tornam-se necessárias instituições eficientes para supervisionar o respeito aos direitos e às obrigações e assegurar uma manifestação equitativa da vontade política e a justa distribuição dos benefícios entre os sócios.
- **Intangíveis.** Para aprofundar a integração, é essencial contar com três elementos adicionais, a saber: (i) visão e compromisso político, especialmente do país do mercado dominante; (ii) um compromisso coletivo com a igualdade na distribuição dos benefícios e dos custos entre os países sócios, bem como com o fomento de uma melhor distribuição dentro dos países; e (iii) a compreensão do público, sua participação e sua identificação com o processo de integração.

- **Mais reformas estruturais.** O papel da integração como processo preparatório da globalização exige que os países membros cumpram todas as obrigações emanadas da Rodada Uruguai e planejem uma maior liberalização unilateral e gradual como parte das reformas estruturais em curso.

A ALCA constitui um importante pano de fundo para nosso processo de integração regional, a qual passará ao primeiro plano no ano 2005. A ALCA avançou de forma sistemática desde 1995, primeiro com uma auspiciosa etapa preparatória e em seguida com negociações bastante avançadas das quais resultaram propostas de acordos preliminares que serão submetidas à consideração dos ministros do comércio no próximo mês, em Buenos Aires.

Todos devemos sentir-nos orgulhosos desse progresso como um dos resultados mais importantes das Cúpulas hemisféricas. Ele não teria sido possível sem o compromisso político dos 34 governos e a dedicação intensa e onerosa, do ponto de vista fiscal, das delegações que negociaram quase constantemente na Secretaria da ALCA.

Como declarei aos ministros de comércio reunidos em Toronto em novembro de 1999, embora aguardemos a consecução de um acordo até o ano 2005, o processo da ALCA rendeu benefícios tangíveis e importantes desde seu começo. Entre eles se destacam a criação de um espírito de cooperação entre nossas repartições comerciais, que promoveram acordos bilaterais em outros campos, o aumento da transparência nos sistemas de normas relacionadas com o comércio hemisférico e as estatísticas comerciais, importantes medidas facilitadoras das transações, especialmente no que concerne aos procedimentos aduaneiros, a promoção de uma comunidade empresarial hemisférica e a experiência em muitos aspectos complexos do comércio regional e da OMC.

Porém, o resultado essencial por todos esperado é a consecução de um acordo no ano 2005. Ele deve estimular a liberalização do comércio em setores nos quais a região possui vantagens comparativas – a agricultura, por exemplo – e naqueles em que existe interesse especial por parte dos sócios mais desenvolvidos, como o dos serviços. Um resultado importante do acordo é a modernização institucional que promova a competitividade, a atração de investimentos estrangeiros e a adoção de disciplinas e instituições relacionadas

com o comércio, tudo isso sistematizado em um contexto de direitos e obrigações que assegure um acesso mais estável aos mercados, não apenas em nossa região e na América do Norte, mas também nas sub-regiões.

Qual será o efeito da ALCA sobre os acordos existentes nas regiões? Sem dúvida, a ALCA absorverá alguns acordos cujos objetivos são limitados, o que não seria necessariamente negativo, pois ajudaria a harmonizar melhor as normas comerciais no hemisfério e a reduzir o efeito de distintos acordos e sistemas de normas na região. Os acordos mais sólidos e profundos deveriam coexistir com a ALCA, do que decorre a urgência de aprofundar significativamente os acordos que se destacam pelo compromisso político e a importância econômica. De fato, a própria ALCA pode apoiar indiretamente esse aprofundamento, assentando uma base de disciplina mais sólida de apoio aos acordos regionais atuais.

Devemos recordar, ademais, que a ALCA e os acordos sub-regionais são muito diferentes. A ALCA é como um hipermercado para uma vasta clientela hemisférica, enquanto a integração sub-regional responde mais às necessidades locais. Os serviços oferecidos pelos provedores hemisféricos e regionais são essenciais para que nossos países respondam com êxito aos desafios de desenvolvimento, equidade e boa governabilidade em um mundo globalizado.

Por conseguinte, é razoável prever que alguns países e blocos adotem um rumo estratégico de integração regional dupla ou mesmo múltipla. Isso implica que os países e blocos da América Latina e do Caribe não limitem seus horizontes à região ou ao hemisfério, mas procurem ativamente chegar a acordos com a União Européia e com países da Ásia enquanto esperam outra rodada de negociações no âmbito da OMC.

As perspectivas de concretização da ALCA no ano 2005 são boas. A negociação avançou e algumas delegações até apóiam um adiantamento do prazo de encerramento das mesmas. Considero que, mais importante do que acelerar o encerramento formal, é seguir avançando o mais rápido possível com base nos procedimentos acordados e assegurar ao mesmo tempo que as negociações superem os problemas de fundo para alcançar um acordo equilibrado.

E. O desafio institucional e democrático

Em que pesem os avanços institucionais e democráticos, ainda persistem dificuldades, limitações e precariedades que definem os desafios que nossa região enfrentará nesta década. A alentadora vigência de um panorama democrático na região não esconde a debilidade das instituições no que tange à eficácia e credibilidade. O ambiente político, institucional e normativo manifesta características que limitam sua capacidade de serviço e resposta às necessidades dos cidadãos e inibem a poupança, o investimento e o crescimento econômico dos países.

À medida que se avançava nas reformas econômicas, os países de nossa região comprovaram que o funcionamento do mercado às vezes tropeça na estrutura tradicional das instituições estatais, nas precárias modalidades de gestão estatal, na falta de adequação das políticas públicas, na obsolescência dos ordenamentos jurídicos, nos pontos fracos dos sistemas de controle e equilíbrio democrático e nas limitações nos processos e nas instituições de participação cívica, de negociação e de consenso.

A esse déficit institucional e democrático que ainda subsiste em nossa região, soma-se a noção de que a democracia é uma condição básica do desenvolvimento. Sem um sólido Estado de Direito democrático é impensável que possam existir as instituições que o mercado requer para operar com eficiência e que se possa contar com um Estado que cumpra apropriadamente suas responsabilidades básicas de promover a concorrência, a justiça e a equidade, bem como diminuir o hiato em nossas sociedades entre aqueles que se encontram na vanguarda e os da retaguarda.

Nossa história e a dos países desenvolvidos nos ensinam que a eficácia das intervenções do Estado não depende apenas de sua capacidade técnica e instrumental, mas também da condição essencial de que tenham autonomia com relação a interesses de grupos particulares ou corporativos e de que busquem o bem comum. Num sistema democrático, as políticas públicas tendem a agregar, processar e responder melhor às demandas dos cidadãos. Por outro lado, é possível responsabilizar os governantes por suas atuações. Num regime democrático tampouco se esperam mudanças dramáticas nas regras do jogo fundamentais sem o benefício do debate democrático entre os representantes de toda a sociedade; por esse motivo, pode-se contar com o ambiente de segurança e de confiança

política e jurídica que torne possível um esforço sustentado de poupança e investimento. Somente assim será possível assegurar a existência de um amplo consenso para definir e levar a cabo políticas que sejam de Estado e não simplesmente de governo, e que proporcionem um sentido de direção e continuidade.

A consolidação institucional e democrática também impõe que se conte com uma sólida capacidade de gestão pública tanto por parte dos governos centrais como basicamente dos governos locais, que nos últimos tempos assumiram responsabilidades cada vez maiores na prestação de serviços à população.

Assim sendo, não é de estranhar que nos últimos anos se haja fortalecido o consenso em torno da importância das instituições democráticas para fomentar uma sólida política de desenvolvimento sustentável e equitativo. Esse reconhecimento ampliou o alcance da cooperação internacional para o desenvolvimento no âmbito da governabilidade e, devemos dizer com legítimo orgulho, o Banco tem estado na vanguarda desse movimento do pensamento e da prática do desenvolvimento. A partir da Oitava Reposição de Recursos, temos apoiado os países da região nos esforços por consolidar o sistema democrático, respaldando financeira e tecnicamente projetos de reforma judicial, de modernização dos parlamentos e de fortalecimento dos organismos de supervisão e controle, entre outros campos do fortalecimento democrático.

IV. Indagações ante a insuficiência do progresso econômico e social

A. Fracassaram as reformas?

Dada a insuficiência do progresso alcançado com as reformas empreendidas nos últimos anos, não nos deve surpreender que as pesquisas de opinião pública expressem desencanto, frustração e muitas vezes raiva. Esses exercícios demonstram, em especial, que a população percebe como problemas importantes o desemprego, o emprego precário, a insegurança econômica e a vulnerabilidade frente às crises econômicas, a escalada da violência – inclusive a doméstica – e o crime, a falta de acesso a serviços básicos, o isolamento por falta de infra-estrutura nos setores rurais, a desintegração familiar que resulta

da migração rural-urbana e internacional, bem como a falta de confiança nas instituições do Estado.

Ante essa realidade, tornam-se inevitáveis perguntas como as seguintes:

- Fracassaram as reformas?
- O decepcionante comportamento econômico da Região é consequência inevitável da globalização?
- Devemos construir um novo paradigma que oriente as relações entre o Estado e o mercado?

Esses são temas de fundo e, conseqüentemente, merecem algumas reflexões, à guisa de orientação para o debate.

A primeira é reconhecer que conhecemos os custos das reformas, mas não os da ausência destas. A respeito, o Banco estimou que, sem as reformas, o potencial de crescimento anual médio do PIB regional seria quase 2% inferior ao atual.

A segunda é recordar que nem todos os países da Região se revelaram igualmente vulneráveis às turbulências dos mercados comerciais ou financeiros internacionais. Essas diferenças permitem extrair lições relevantes acerca do planejamento de mecanismos mais eficientes de proteção externa.

A terceira é observar que nossos países aprenderam com a experiência e vêm experimentando novas formas de superar tanto as falhas dos mercados como as dos governos. Essas novas formas se fundamentam no reconhecimento de que o Estado desempenha um papel-chave, tanto no que se refere a contribuir para a expansão dos mercados quanto a permitir que a cidadania capte os benefícios privados e sociais do funcionamento eficiente dos mesmos.

B. Uma agenda para a ação coletiva

Quais são os grandes temas que configuram a agenda do desenvolvimento de nossos países? Não obstante a grande diversidade de condições entre os países, o panorama geral do

desenvolvimento econômico e social da Região possui traços comuns. Podem-se destacar, nesse quadro, cinco grandes áreas de vulnerabilidade.

1. Pobreza

A Região deve atribuir a mais alta prioridade ao combate à pobreza e aos altos índices de desigualdade, desemprego e exclusão que caracterizam nossos países. Enfrentar esses problemas requer o planejamento de estratégias integrais voltadas para: (i) criar oportunidades econômicas para os pobres; (ii) atacar as desigualdades estruturais na distribuição de ativos; e (iii) aumentar o acesso dos pobres à infra-estrutura econômica e social. Uma estratégia integral deve proporcionar mecanismos para reduzir a incidência sobre a população de situações catastróficas associadas com doenças, desastres naturais, crises econômicas e violência, bem como iniciativas que respondam às necessidades e prioridades da população pobre, promovam o investimento em capital social e combatam a exclusão social e política das populações indígenas e afro-latinas.

2. Competitividade

A América Latina e o Caribe necessitam aumentar substancialmente seu ritmo de crescimento, a fim de oferecer respostas à pobreza e às necessidades de emprego e progresso social de sua população. Para enfrentar esse formidável desafio, os países necessitam desenvolver sua capacidade de competir internacionalmente, explorando as vantagens decorrentes dos recursos de que dispõem. Isso significa prosseguir e aprofundar as reformas para o fortalecimento dos sistemas financeiros, dos sistemas de educação e de capacitação para o trabalho, dos sistemas nacionais de inovação e dos mercados de trabalho. Significa também promover o desenvolvimento do setor privado, da micro, pequena e média empresa, investir em infra-estrutura e promover maior cooperação econômica regional.

Nesse contexto, devemos reconhecer o papel que o FMI vem desempenhando no sentido de contribuir para o desenvolvimento do setor privado em toda a região e acelerar o ritmo de crescimento econômico e o desenvolvimento social dos países membros regionais, com base em políticas econômicas sólidas e na expansão do investimento privado. É prudente, então, começar a considerar a necessidade de dotar o Fundo dos recursos para

continuar apoiando as tarefas inconclusas em prol do desenvolvimento de economias de mercado de ampla base.

3. Bom governo

Não será possível definir e executar políticas e programas adequados ao crescimento, à redução da pobreza e à estabilidade macroeconômica, bem como ao aumento da integração social interna, em condições de fragilidade político-institucional. A modernização do Estado, entendida como o aparato político-institucional de nossos países, é, portanto, tarefa inevitável. A fragilidade das instituições estatais, bem como da sociedade civil, constitui hoje o verdadeiro calcanhar-de-aquiles de nossos esforços em prol do desenvolvimento. Superar essa vulnerabilidade significa continuar a incentivar os esforços dos países no sentido de fortalecer a capacidade de gestão macro e microeconômica dos governos; prosseguir as reformas judiciais e o fortalecimento dos órgãos legislativos; melhorar a gestão dos governos locais; promover o diálogo social, a convivência e a segurança do cidadão; e significa também lutar contra a corrupção e em prol da transparência. Nesse sentido, cumpre mencionar o empenho do Banco para apoiar os esforços regionais voltados para o controle da corrupção, bem como as iniciativas da Instituição plasmadas na nova política de combate à corrupção recentemente aprovada pela Diretoria.

1. Vulnerabilidade externa

A vulnerabilidade externa de nossos países decorre dos níveis relativamente modestos de poupança interna, da fragilidade dos equilíbrios fiscais do setor público consolidado, das deficiências na regulamentação e supervisão financeira, do excessivo grau de concentração de nossas exportações e da alta dependência no que se refere aos preços dos produtos primários. Uma forma de enfrentar essa vulnerabilidade é continuar a fortalecer os esforços de integração, o que significa alcançar maior grau de cooperação entre nossos países, com o objetivo de orientar suas políticas de desenvolvimento “no sentido de uma melhor utilização de seus recursos, de forma compatível com os objetivos de maior complementaridade de suas economias”.

2. Meio ambiente

Sem nenhuma dúvida, um dos grandes desafios da Região é a gestão de seus recursos naturais de forma coerente com o crescimento econômico, a equidade social e a sustentabilidade ambiental. A América Latina e o Caribe estão entre os mais importantes produtores mundiais de produtos agroalimentícios, florestais, pesqueiros e minerais. O uso racional desses recursos exige a aplicação de políticas públicas destinadas a tornar possível seu manejo sustentável, bem como uma visão estratégica que permita sua utilização como plataforma de transformação produtiva.

Para responder a esses cinco desafios, faz-se necessário formular e executar políticas de desenvolvimento voltadas para:

- Assegurar a manutenção de um contexto favorável à ação dos mercados, à criatividade e à transformação produtiva, bem como à distribuição equitativa dos frutos do crescimento econômico.
- Orientar a ação dos agentes econômicos e sociais, identificando objetivos de longo prazo, inclusive as metas de redução da pobreza, e propondo uma visão estratégica para a ação coordenada do setor privado, da sociedade civil e do Estado.
- Enfrentar, caso seja necessário, os fatores externos que impeçam o comportamento ótimo dos mercados.

C. O Banco Interamericano de Desenvolvimento

As mudanças ocorridas nas economias dos países mutuários na última década e as decorrentes das demandas apresentadas hoje por parte dos governos e da opinião pública apresentam grandes desafios para nossa instituição, no começo deste novo século. Nossa proposta para fazer frente a esses desafios, discutida minuciosamente no documento que apresentamos à Comissão da Assembléia de Governadores no dia de ontem, resume as seguintes dez conclusões:

- A atual discussão internacional sobre o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento é oportuna e necessária. Nessa discussão, o Banco deve assumir posições claras, a fim de que os Governadores possam participar ativa e construtivamente nesse debate.
- A revisão do papel do Banco deve estar de acordo com a mudança experimentada pelos países membros, na década passada, em suas estruturas econômicas e sociais, e com os efeitos da internacionalização das economias da Região. Tudo isso gerou demandas renovadas sobre a ação do Banco.
- A revisão de objetivos sobre os quais se possa construir uma nova agenda de cooperação deverá ser baseada na ratificação dos objetivos já destacados pelos Governadores na Oitava Reposição e no aprofundamento de alguns dos mesmos em áreas vinculadas às novas realidades e demandas dos países.
- O objetivo de ataque frontal à pobreza, articulado na Oitava Reposição, deverá continuar a ser o tema central de nossa ação como parte de uma ambiciosa agenda de desenvolvimento social que abranja esforços em prol de uma maior igualdade de oportunidades de emprego e da inclusão dos segmentos sociais excluídos do progresso econômico e social.
- O objetivo da modernização das instituições públicas e privadas da Oitava Reposição tem sua nova visão nos problemas de governabilidade e de competitividade. O “bom governo” é um objetivo inevitável de qualquer mudança estrutural de nossos países e de sua política de desenvolvimento. A competitividade é um instrumento fundamental do crescimento econômico de maior e melhor qualidade, sem o qual seria impossível assistir a um autêntico desenvolvimento social.
- A “integração” está no próprio centro do trabalho do Banco e é hoje um objetivo fundamental, tanto da ação individual quanto coletiva dos países

da Região. Esse objetivo deve ter alta prioridade nas políticas de cooperação institucional.

- O meio ambiente deverá continuar a inspirar a construção de uma agenda integral de desenvolvimento sustentável para os países da Região.
- As novas frentes de ação do Banco, decorrentes das considerações anteriores, devem ser focalizadas, preservadas e priorizadas pelos Governadores.
- O Banco já dispõe de um conjunto de instrumentos de ação decorrentes dos mandatos dos Governadores. Uma efetiva flexibilização dos mesmos, por parte da Diretoria, é altamente desejável. Naturalmente, essa flexibilização deveria ser acompanhada de mecanismos adequados de avaliação de resultados por parte da Administração.
- Em todo esse exercício, devem ser levadas em conta especialmente as vantagens comparativas de uma instituição como a nossa, que há mais de 40 anos se faz presente na Região. Essas vantagens incluem o sentimento de solidariedade dos países mutuários para com o Banco; o contato permanente, franco e aberto do Banco com os governos e com os atores – públicos e privados – do processo de desenvolvimento; e o compromisso básico com os temas sociais, a integração, etc.

O Banco, em consulta com os países membros, encontrou sempre respostas inovadoras aos desafios por ele enfrentados. Esperamos que esta exposição sirva como ponto de partida para as reflexões da Diretoria e da Comissão da Assembléia de Governadores, as quais devem orientar nossa Instituição para responder aos desafios por ela enfrentados neste momento. A meta que devemos perseguir é clara: identificar as mudanças institucionais que levem o Banco a melhor satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos povos da América Latina e do Caribe.

Senhores Governadores, estamos falando dos mesmos povos e da mesma terra evocados com admiração por um dos filhos pródigos de estirpe universal que o Chile deu ao mundo. Como não recordar aqui os versos do ilustre Pablo Neruda quando nos dizia:

*Américas puríssimas,
terras que os oceanos
guardaram
intactas e purpúreas,
séculos de colmeais silenciosos,
pirâmides, vasilhas,
rios de borboletas ensangüentadas,
vulcões amarelos
e raças de silêncio,
formadoras de cântaros,
lavradoras de pedra.*